

Ana Gomes intervém sobre a situação na Síria

Ana Gomes, coordenadora socialista para os Assuntos Externos no Parlamento Europeu, participou no dia 15 de Fevereiro num debate em plenário sobre a situação na Síria, instando a comunidade internacional a "inequivocamente condenar o regime sírio" e pressionar Bashir al-Assad a acabar com as atrocidades contra o seu povo e afastar-se do poder. "Não desistiremos de encorajar a UE a apoiar a Liga Árabe e outros atores regionais, procurando que o Conselho de Segurança da ONU decrete uma trégua humanitária e determine uma força de paz para a Síria, que ajude a impedir a guerra civil e abra caminho à transição democrática", disse. "A UE tem também de apontar o dedo à China e à Rússia pela vergonha moral de se colocarem contra 13 outros membros do Conselho de Segurança da ONU e, assim, impedirem o Conselho de Segurança de exercer a responsabilidade de proteger o povo sírio", acrescentou. "Assad vai cair, inevitavelmente. É uma questão de tempo. A UE tem que ter orientação estratégica desde já para o pós-Assad", concluiu.

No debate realizado no mesmo dia sobre o próximo Conselho Europeu de 1 e 2 de Março, Ana Gomes, referindo-se ao drástico plano de austeridade imposto ao povo grego em troca de um segundo empréstimo de resgate, disse: "Muitas vezes, sobretudo alemães liberais e de direita, acusam a Grécia de não estar a cumprir o acordo com a troika. No entanto, o que é que eles têm a dizer sobre Portugal, que está a cumprir, reconhecidamente, liderado por um governo que se quer "mais troikista do que a troika"? E, no entanto, Portugal, quando assinou o acordo com a troika, em Maio passado, tinha a dívida pública a 92% do PIB e agora, nove meses depois, tem a dívida pública a 110% do PIB. Não quer isto dizer que a receita de austeridade recessiva está errada e é absolutamente contraproducente?".

Intervindo no dia 16 num debate sobre a Convenção Pan-Euro-Mediterrânica sobre Regras de Origem Preferenciais, Ana Gomes sublinhou o potencial para o desenvolvimento económico e comercial que poderia implicar para a UE ajudar a Primavera Árabe a cumprir-se, mas sublinhou que era necessário também um esforço de desbloquear os obstáculos políticos à intensificação do comércio sul-sul, dando o exemplo de Marrocos-Argélia, e sublinhando que as facilidades comerciais a conceder pela UE não poderiam abrir acesso ao mercado europeu de produtos provindos dos colonatos na Palestina ou do território do Sahara Ocidental ocupado, classificados como produtos israelitas ou marroquinos.